

Literatura & Alfabetização: impasses e possibilidades

Literature & Literacy: impasses and possibilities

APARECIDA PAIVA *

HÉRCULES TOLÊDO CORRÊA **

Resumo: O objetivo deste artigo é descrever e analisar algumas implicações para a produção literária para a criança no contexto da atual política de alfabetização “na idade certa”. Para tanto, procuramos contextualizar, ainda que rapidamente, as políticas públicas de incentivo à leitura para, em seguida, mostrar como se dá o processo dos programas de aquisição de livros do PNBE e do PNLD/PNAIC. Esse *corpus* é resultado da primeira seleção específica para essa política e é possível reconhecer nele um potencial de generalização para as discussões e problematizações que se quer travar aqui. Nosso fecho para este texto anuncia desdobramentos possíveis para o tratamento da temática abordada.

Palavras-chave: literatura, alfabetização, leitura literária, letramento literário.

Abstract: The purpose of this article is to describe and analyze some implications for literature for children in the context of the current literacy policy “at the right age.” To this end, we seek to contextualize, if only briefly, public policies to encourage reading to then show how is the process of PNBE books acquisition programs and PNLD/PNAIC. This *corpus* is the result of the first selection specific to this policy and it is possible to recognize in him a generalization potential for discussions and problematizations that we want to catch here. Our conclusion to this text announces possible developments for the treatment of theme.

Keywords: literature, literacy, literary reading, literary literacy.

* Professora da Universidade Federal de Minas Gerais.

** Professor da Universidade Federal de Ouro Preto.

Introdução

No âmbito dos debates sobre a aprendizagem da língua escrita, nas primeiras décadas do século XXI, no Brasil, cresce a discussão sobre a importância da literatura nesse processo. Se, no final do século XX, discutiu-se bastante a questão dos métodos de alfabetização e também a psicogênese da língua escrita, boa parte do debate acerca da alfabetização e do letramento nos anos iniciais do ensino fundamental, nessas duas primeiras décadas do século XXI, está ligada ao papel da literatura nesses processos.

Entretanto, cabe ressaltar que, desde o seu surgimento, a literatura infantil esteve atrelada à escola, ao processo de escolarização, ou seja, as relações entre literatura e criança estiveram sempre marcadas pelo endereçamento pedagógico. Ao acatarmos esse pressuposto e ao incorporarmos o adjetivo “infantil” para essa produção literária, teremos de concluir que a literatura infantil não pode ser considerada apenas literatura, sem adjetivos e endereçamentos prévios, e, ao mesmo tempo, a produção que traz em seu bojo a “especificidade” do universo infantil. Mas como podemos distinguir essa especificidade? Uma maneira de responder a essa pergunta seria focalizar a literatura em seus usos e finalidades e, mais ainda, nos espaços onde circula. Seria dizer que a literatura cumpre um papel fundamental no processo de escolarização da criança, o que consequentemente contribuiria de forma decisiva para a formação do futuro leitor; especialmente o leitor literário que poderá apreciar, a qualquer momento e ao longo de sua vida, a literatura, de forma geral, desfrutando, assim, da experiência estética proporcionada por essa manifestação artística.

Essa breve reflexão inicial deixa claro que não é nosso objetivo, no âmbito deste texto, discutir o estatuto da literatura infantil; não apenas porque consideramos impossível sustentar essa posição, e sim porque a insistência na busca desse reconhecimento neutraliza, em nosso ponto de vista, aquilo que há de mais particular nesse tipo de literatura, se assim podemos nos referir à literatura infantil, sem pretender com isso reacender querelas teóricas infrutíferas e paralisantes. Por conseguinte, afirmamos que a literatura infantil, apesar de continuar reivindicando seu estatuto literário (nas dimensões que se queira conferir a esse termo), sempre será uma exceção que, de acordo com os usos e práticas realizadas pela escola, desperta em nós o desejo de refletir sobre as condições que a tornam possível, uma vez que ela é legitimada pelo sistema educacional

e as apropriações e recepções feitas conferem a ela, sem dúvida alguma, um estatuto, seja ele literário ou pedagógico, ou ambos, dependendo do ponto de vista que se queira adotar.

Mas e se essa legitimação pelo sistema educacional estiver referendada por uma política pública, implementada recentemente no País (2013), o *Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa* – PNAIC? O próprio nome do programa não deixa dúvida sobre os usos e finalidades que se pretende atribuir à literatura no seu âmbito. E se, nesse contexto, a leitura literária, ainda que designada pela política como “leitura deleite”, ficasse restrita à meta de alfabetizar na “idade certa”? Que tipo de livro de literatura infantil serviria a esse propósito? Que especificidade teria que ter esse livro? Como distinguir os acervos de livros de literatura selecionados e distribuídos para as bibliotecas escolares das escolas públicas do País, resultado de uma política pública em execução, desde 1997, dos acervos de livros de literatura selecionados e distribuídos para as salas de aula dos três primeiros anos do Ensino Fundamental, anos iniciais designados como a “idade certa” para que o processo de alfabetização aconteça?

Essas questões, esboçadas aqui, embasam a nossa proposta de reflexão, que é discutir as implicações advindas desse estreitamento dos vínculos entre literatura infantil e escola. O que essas questões compartilham é a sua condição de eixos temáticos prioritários dentro de um contexto maior: uma política educacional, que determina metas a serem atingidas; as maneiras e níveis de recepção pela escola - a capilaridade da política; e a movimentação do mercado editorial quanto à produção literária para a criança, que orienta suas escolhas de publicação apoiado no que supõe serem as demandas do sistema educacional. Além disso, e talvez mais importante, pretende-se refletir sobre a medida do espaço concedido ao mercado editorial pelas políticas públicas, já que o governo é, sem dúvida alguma, o maior comprador desse tipo de produção.

Assim, será nossa preocupação principal nos tópicos seguintes descrever e analisar, em plano ainda elementar, as implicações para a produção literária para a criança no contexto da atual política de alfabetização “na idade certa”. Antes disso, porém, é necessário contextualizar, ainda que rapidamente, as políticas públicas de incentivo à leitura para, em seguida, descrever e analisar a produção

para crianças inscritas no PNLD/PNAIC 2014¹. Esse *corpus* é resultado da primeira seleção específica para essa política e é possível reconhecer nele um potencial de generalização para as discussões e problematizações que se quer travar aqui. Nossa conclusão, melhor dizendo, nosso fecho para este texto anuncia desdobramentos possíveis para o tratamento da temática abordada.

1. Notas sobre as políticas públicas de promoção e acesso à leitura de livros de literatura

No Brasil, as ações de promoção e acesso à leitura de livros de literatura são desenvolvidas pelo MEC desde sua criação em 1930. Entretanto, foi apenas na década de 1980 que a questão da formação de leitores entrou na pauta das políticas públicas e, ainda assim, não de forma prioritária – sempre afetada pela descontinuidade dessas políticas. Podemos exemplificar essas ações com os seguintes programas: Programa Nacional Sala de Leitura – PNSL – 1984 a 1987; Proler – 1992 (em funcionamento até os dias atuais); Pró-leitura na Formação do Professor – 1992 a 1996 ; Programa Nacional Biblioteca do Professor – 1994 a 1997 e o Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE, implantado em 1997, pela Portaria 652 de 16/09/1997.

O PNBE, matriz em que se apoia a seleção de livros de literatura para o PNLD/PNAIC, tem como objetivo principal democratizar o acesso a obras de literatura infanto-juvenil, brasileiras e estrangeiras, e a materiais de pesquisa e de referência a professores e alunos das escolas públicas brasileiras. Ao longo da história desse Programa, a distribuição dos livros de literatura tem sido realizada por meio de diferentes ações: em 1998, 1999 e 2000, os acervos foram enviados para as bibliotecas escolares; em 2001, 2002 e 2003, o objetivo era que os alunos tivessem acesso direto a coleções de uso pessoal e também levassem obras representativas da literatura para seus familiares – por isso, essas edições do programa ficaram conhecidas como Literatura em Minha Casa.

¹ Embora relacionado à avaliação e à seleção de obras de literatura, o programa com o objetivo de adquirir esses livros literários para o PNAIC denominou-se, por razões administrativas, Programa Nacional do Livro Didático – PNLD/PNAIC.

A partir de 2005, após inúmeras discussões coordenadas pela Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC), o PNBE retomou a distribuição de livros de literatura para as bibliotecas escolares. Tal ação significou a retomada da valorização desse espaço, a biblioteca, como promotor da universalização do conhecimento e, também, da universalização do acesso a acervos pelo coletivo da escola.

Atualmente, o Programa compreende a distribuição de acervos literários para todo o ensino básico, incluídas a Educação Infantil e a Educação de Jovens e Adultos, além de periódicos e acervos de obras de pesquisa e referenciais para professores por meio do programa “PNBE do professor”. Há, também, a seleção de obras específicas nas derivações do PNBE, como “PNBE temático”, “PNBE indígena” e “PNBE do campo”. O atendimento aos segmentos ocorre da seguinte forma: nos anos pares são atendidos: a Educação Infantil, os anos iniciais do Ensino Fundamental e EJA; nos anos ímpares, anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Desde que o PNBE foi instituído, coube à SEB/MEC a coordenação do processo de avaliação de obras e composição dos acervos de todas as suas edições, num trabalho conjunto com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). No ano de 2005, a SEB/MEC passou a realizar esse trabalho em parceria com Universidades Públicas Federais e, para tanto, a partir de 2005, vem selecionando instituições que, sob sua coordenação, executam a avaliação. As instituições interessadas, de posse de edital público publicado na página do FNDE, que estabelece as normas e procedimentos a serem seguidos, candidatam-se à instituição parceira na execução desse Programa por meio do encaminhamento de suas propostas, nas quais expõem de modo minucioso o processo de avaliação a ser utilizado.

O resultado desse trabalho é que, ano após ano, desde 1997, dezenas de livros aportam nas escolas públicas do nosso País, endereçados a diferentes segmentos, após um longo e exaustivo processo de avaliação, seleção e aquisição dos acervos selecionados. Desse modo, é possível afirmar com certa margem de acerto que os livros estão nas bibliotecas escolares, ou nos cantinhos de leitura, prontos para a circulação e recepção. Mas é bom que se saiba que, na construção e implementação dessa política, inúmeras discussões são travadas e estudos e pesquisas realizados para a sua revisão e aperfeiçoamento. Estudos apresentados por Paiva (2012) mostram que ainda não superamos a fase da distribuição e que ainda temos de trabalhar muito para que os alunos brasileiros tenham

acesso, de fato, às obras de literatura a eles destinadas, criando condições mínimas, mas fundamentais, para que o processo de formação de leitores literários, de democratização da literatura aconteça.

É no contexto desse Programa, o PNBE, que a seleção de acervos de livros de literatura para as salas de aula contempladas pelo PNLD/PNAIC acontece. Assim é que a primeira seleção de acervos para o PNLD/PNAIC foi realizada a partir de obras selecionadas para o PNBE 2013, ano em que foram montados três acervos com vinte e cinco títulos cada, num total de 75 obras. Para o ano seguinte, 2014, já com edital específico, o PNLD/PNAIC selecionou, para as salas de aula das escolas, 210 títulos, subdivididos em seis acervos de 35 títulos cada, dois para cada um dos 1º, 2º e 3º anos do ensino fundamental.

2. A produção para crianças inscrita no PNLD/PNAIC 2014

Antes de apresentarmos a produção inscrita no Programa, faz-se necessário apresentar, de forma resumida, em que consiste o PNAIC.

O PNAIC é uma política pública de formação de profissionais ligados aos três primeiros anos do ensino fundamental, das escolas públicas brasileiras, com o objetivo de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade. Entende-se que, até os oito anos de idade, as crianças matriculadas nas escolas públicas precisam ter a compreensão do funcionamento do sistema de escrita do português; tenham domínio das correspondências grafofônicas da língua, mesmo que dominem poucas convenções ortográficas irregulares e poucas regularidades que exijam conhecimentos morfológicos mais complexos; e que tenham fluência de leitura e domínio de estratégias de compreensão e de produção de textos escritos.

As Ações do PNAIC apoiam-se em quatro eixos: (1) na formação continuada presencial para os professores alfabetizadores e seus orientadores de estudo (profissionais que fazem formação direta com as universidades parceiras e são os multiplicadores em seus municípios); (2) na distribuição de materiais didáticos, obras literárias, obras de apoio pedagógico, jogos e tecnologias educacionais; (3) em avaliações sistemáticas e (4) em gestão, mobilização e controle social.

No Plano Nacional de Educação 2010, em sua meta 5, temos: “Alfabetizar todas as crianças até, no máximo, os oito anos de idade”. Em novembro de 2012, o documento de criação do PNAIC estabelece em seu art. 1:

Fica instituído o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, pelo qual o Ministério da Educação (MEC) e as secretarias estaduais, distrital e municipais de Educação, reafirmam e ampliam o compromisso previsto no Decreto n. 6094, de 24 de abril de 2007, de alfabetizar as crianças até no máximo os oito anos de idade, ao final do 3º ano do Ensino Fundamental, aferindo os resultados por exames periódicos específicos (BRASIL, 2012).

Quanto ao eixo 2 das Ações do Pacto, no que tange à utilização de obras literárias, abordaremos a primeira seleção realizada especificamente para o PNAIC. Por meio do Edital de Convocação 002/2013, o Ministério da Educação, por intermédio da SEB e do FNDE, em cooperação com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), convoca os editores a inscreverem suas obras no processo de inscrição e seleção de obras de literatura destinadas aos alunos de 1º, 2º e 3º anos do ensino fundamental das escolas públicas, no âmbito do PNLD Alfabetização na Idade Certa.

À semelhança do que vem ocorrendo com as edições do PNBE, desde 2005, a SEB/MEC, responsável pela coordenação do processo de avaliação de obras e composição dos acervos de todas as suas edições, em conjunto com o FNDE, passou a realizar esse trabalho em parceria com Universidades Públicas Federais e, para tanto, vem selecionando instituições que, sob sua coordenação, executam a avaliação.

Para um livro de literatura chegar à escola, percorre um longo caminho e passa por diferentes instâncias: a primeira instância envolvida é o MEC, que concebe a política e, por meio de edital, determina as regras e os critérios a serem obedecidos pelas editoras; a segunda instância, a editora, por sua vez, inscreve o livro que julga preencher os quesitos do edital. Confirmada a inscrição do livro, ele é encaminhado ao Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT, terceira instância, encarregado da triagem do livro, responsável pela verificação dos aspectos físicos e atributos editoriais do livro e se ele obedece aos critérios técnicos e documentais previstos no edital. Vencida essa etapa, o livro segue para a quarta instância, a universidade selecionada para conduzir o processo, e é inserido na

avaliação pedagógica. Se, depois de todo esse processo avaliativo, o livro for considerado de qualidade inquestionável – dentro dos critérios estabelecidos pelo edital, ele é encaminhado ao colegiado da avaliação, responsável pela seleção final e montagem dos acervos. A listagem dos acervos é enviada ao MEC, que publica o resultado no Diário Oficial da União (DOU), encaminhando o processo para a quinta instância, o FNDE, responsável pela gestão do Programa, negociando, com as editoras dos livros selecionados, a compra governamental. Assim, o livro selecionado é produzido e impresso na tiragem determinada pelo FNDE, com base no número de matrículas para o segmento a que ele é destinado e, finalmente, é distribuído, pelos Correios, à sexta instância: todas as escolas públicas brasileiras.

Interessa-nos aqui discutir aspectos dos dois primeiros pontos do circuito: o edital e a inscrição das obras; os agrupamentos/gêneros estabelecidos pelo edital e a resposta das editoras, ao inscreverem suas obras, lembrando que o número de obras a serem inscritas por cada editora é de no máximo quinze.

No item 3 do edital PNLD/PNAIC 2014, temos o seguinte detalhamento acerca da caracterização das obras a serem inscritas:

3.1. Serão aceitas para participar do processo de inscrição e seleção obras de literatura que atendam ao disposto no **item 1** e demais critérios deste edital.

3.2. Cada obra deverá ser pré-inscrita em apenas uma das 3 (três) categorias abaixo especificadas:

3.2.1. Categoria 1: obras voltadas para os alunos matriculados no 1º ano do ensino fundamental.

3.2.1.1. Textos em verso – tais como quadra, parlenda, cantiga, trava-língua, poema, adivinha;

3.2.1.2. Textos em prosa – tais como clássicos da literatura infantil, pequenas narrativas, textos de tradição popular, fábulas, lendas e mitos;

3.2.1.3. Livros ilustrados e/ou livros de imagens para crianças.

3.2.2. Categoria 2: obras voltadas para os alunos matriculados no 2º ano do ensino fundamental;

3.2.2.1. Textos em verso – tais como poema, quadra, parlenda, cantiga, trava-língua, adivinha;

3.2.2.2. Textos em prosa – tais como contos, clássicos da literatura infantil, pequenas histórias, textos da tradição popular, fábulas, lendas e mitos.

3.2.2.3. Livros ilustrados e/ou livros de imagens para crianças e histórias em quadrinhos.

3.2.3. Categoria 3: obras voltadas para os alunos matriculados no 3º ano do ensino fundamental:

3.2.3.1. Textos em verso – tais como poema, quadra, parlenda, cantiga, trava-língua, adivinha;

3.2.3.2. Textos em prosa – tais como pequenas narrativas, novela, conto, crônica, teatro, clássicos da literatura infantil, textos da tradição popular;

3.2.3.3. Livros ilustrados e/ou livros de imagens para crianças e histórias em quadrinhos (BRASIL, 2014).

Obedecendo ao disposto nesse item do edital, a resposta das editoras, em termos numéricos, foi a que se segue:

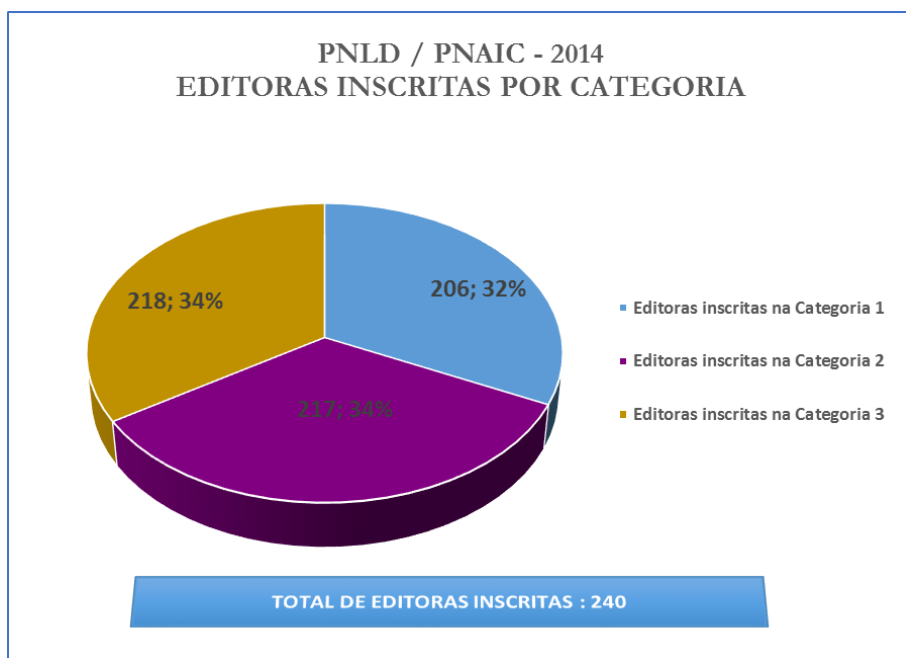


GRÁFICO 1 – Percentuais de editoras inscritas no PNLD/PNAIC 2014 conforme a categoria.

Fonte: Base de dados CEALE/UFMG

O Graf. 1 revela uma distribuição bastante equilibrada de obras inscritas para cada ano. O mesmo equilíbrio pode ser observado quando analisamos as editoras que inscreveram suas obras.

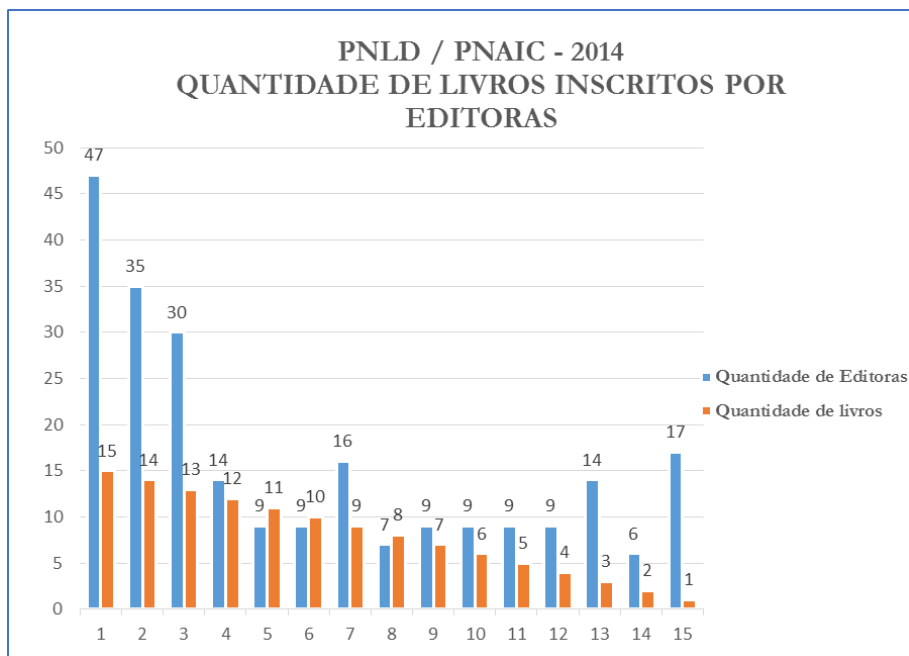


GRÁFICO 2 – Quantidade de livros inscritos pelas editoras no PNLD/PNAIC 2014

Fonte: Base de dados do CEALE/UFMG

De um total de 240 editoras que inscreveram seus livros no PNLD/PNAIC 2014, 47 delas (apenas 19%) inscreveram o máximo de títulos possível (quinze obras). Entretanto, se considerarmos a inscrição de mais de dez livros, esse percentual muda para 59%, porque o total é de 144 editoras com inscrição desse montante. 96 editoras inscreveram de um a nove títulos no PNLD/PNAIC, num percentual de 41%. Vale observar que os editais do MEC não restringem a participação de selos de um mesmo grupo editorial, considerando-se então cada um selo como uma editora diferente. Esses dados aparecem representados no Graf. 2, acima.

O edital de convocação 002/2013 – CGPLI PNLD Alfabetização na Idade Certa 2014, de 5 de junho de 2013 (cf. BRASIL, 2014), estabeleceu a seleção de

210 títulos, distribuídos em seis acervos, dois acervos de 35 títulos para cada ano contemplado. Tendo em vista a inscrição de 2.411 obras (ver Graf. 3, 4 e 5 adiante), a seleção de 210 títulos significa a escolha de apenas 8,71% das obras inscritas e avaliadas.

Observamos aí que esse primeiro ponto do circuito determina o processo avaliativo como um todo na dimensão estatal do processo, já que a seleção deve contemplar essas categorias preestabelecidas. Ao Estado, por meio do FNDE/MEC, cabe garantir a implementação de políticas públicas de formação de leitores, a capacitação das bibliotecas das escolas públicas, as salas de aula, no caso do PNLD/PNAIC e, por consequência, o fomento do mercado editorial brasileiro. Esse mercado editorial, por sua vez, tem suas regras próprias, seus interesses mercadológicos e, portanto, as possibilidades de escolha estarão sempre submetidas à resposta que esse mercado editorial der, ou seja, as escolhas estarão condicionadas ao número de inscritos pelas editoras e à opção que fizerem por gêneros/agrupamentos distintos, dentro de cada categoria/ano.

Agora, vejamos a distribuição desse quantitativo de obras pelos gêneros/agrupamentos definidos pelo edital, para que fique mais claro esse raciocínio:

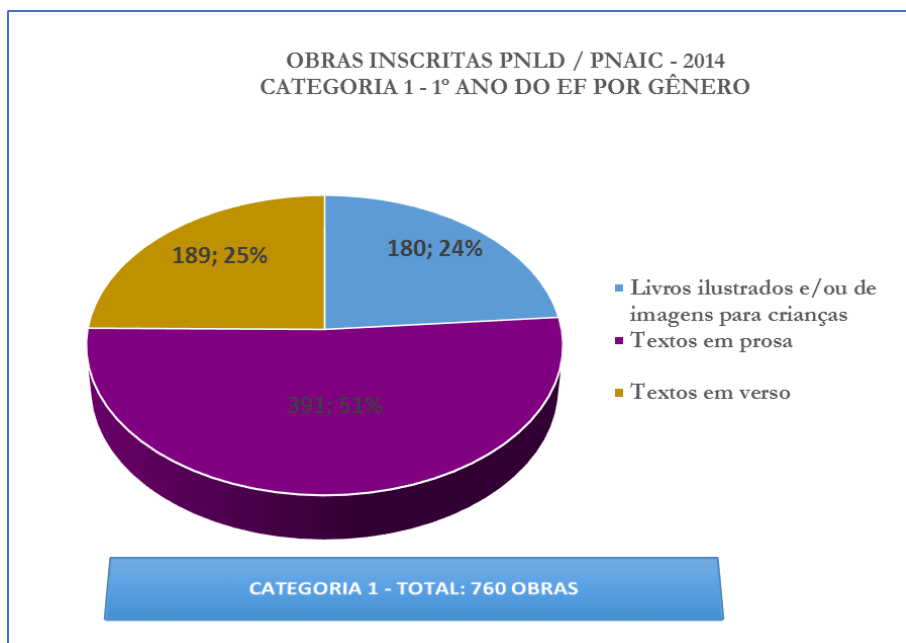


GRÁFICO 3 – Obras inscritas para o 1º ano do EF

Fonte: Base de dados CEALE/UFMG

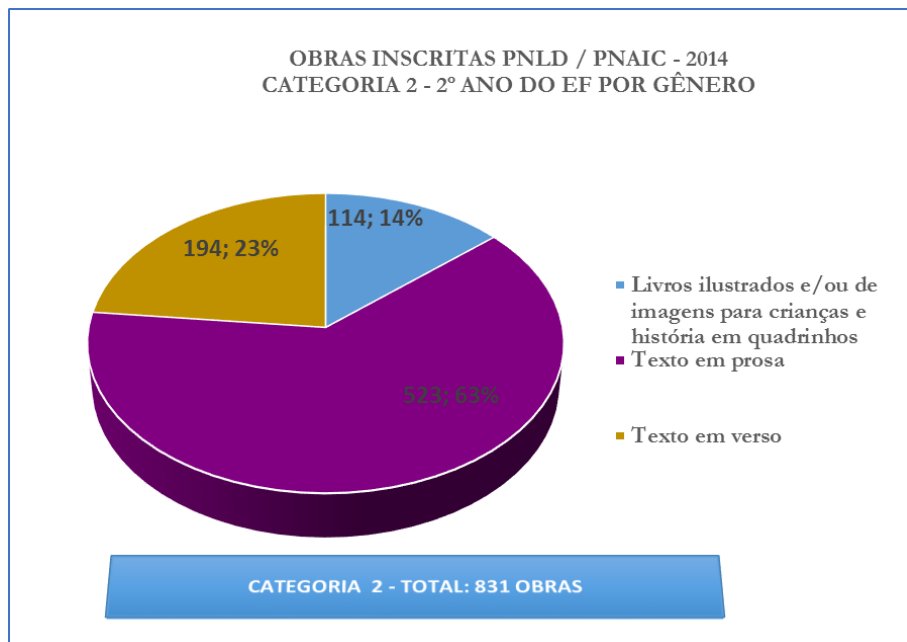


GRÁFICO 4 – Obras inscritas para o 2º ano do EF

Fonte: Base de dados CEALE/UFMG

Os números evidenciam que a quantidade de livros inscritos pelas editoras, em cada agrupamento, é desigual. Os textos em prosa respondem pela maioria das inscrições nos três anos contemplados. Esse dado é bastante significativo e podemos levantar algumas hipóteses.

O mercado editorial investe mais na produção de livros em prosa do que na de livros de poesia e/ou livros ilustrados, livros de imagens e histórias em quadrinhos. Vejamos que, para os três anos, em todos o número de livros em prosa é maior do que o dos demais gêneros, inclusive se somados.

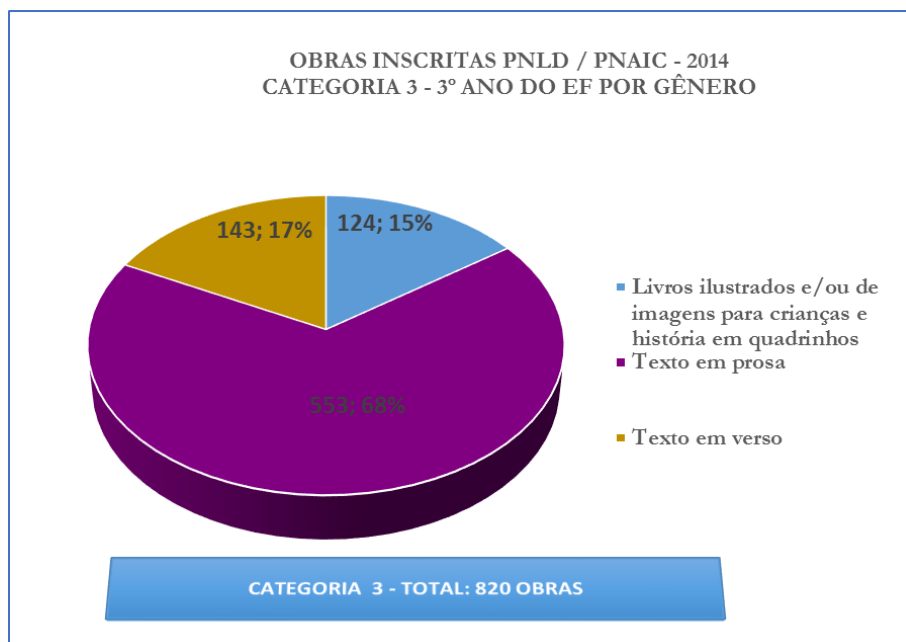


GRÁFICO 5 – Obras inscritas para o 3º ano do EF

Fonte: Base de dados CEALE/UFMG

Outra hipótese a se aventar é a de que o mercado editorial acredita que seus livros em prosa tenham mais possibilidade de ser escolhidos pelos programas. Um levantamento mais sistemático dos catálogos das editoras provavelmente demonstrará que se publicam mais livros de prosa do que dos demais, o que também demonstra esse círculo: publica-se mais esse gênero porque é mais vendável e porque é mais vendável, é mais publicado.

Uma terceira hipótese a ser levantada é a de que o mercado editorial referenda certa crença da escola de que o trabalho com a poesia é mais complexo do que o trabalho com o texto em prosa. Acredita-se, muitas vezes, que a prosa é mais objetiva que a poesia, talvez pela economia no uso das palavras no texto poético, o que dificulta o trabalho com o gênero e a dificuldade de manutenção da cultura da “única resposta certa”, tão cara à escola.

Apesar do desequilíbrio no número de inscritos, em cada agrupamento, e das alternativas de escolha desiguais, a equipe responsável pela avaliação pedagógica obedece, rigorosamente, aos critérios estabelecidos no edital. Desse

modo, precisa selecionar e compor acervos de livros de literatura que contemplem equilibradamente os agrupamentos previstos (1. prosa, 2. verso, 3. livros ilustrados, de imagens e história em quadrinhos), de forma que os acervos possam propiciar às crianças a vivência de diferentes gêneros e a possibilidade de desenvolver conceitos, conhecimentos e habilidades peculiares a cada um deles.

Além de constituir cada acervo com diferentes gêneros de textos e com obras de diferentes níveis de complexidade, de forma que as crianças tenham acesso a textos que possam ser lidos com autonomia e a outros para serem lidos com a mediação do professor, de modo a atender às crianças em diferentes níveis de compreensão dos usos e funções da escrita e de aprendizagem da língua escrita, a seleção apoia-se, também e principalmente, no critério de qualidade que se desdobra em: qualidade textual, qualidade temática e qualidade gráfica, definidos em detalhe no anexo II do Edital PNLD/PNAIC 2014 (cf. BRASIL, 2014). É dessa maneira que Cosson (2012) recupera e analisa as dimensões material, pedagógica, literária e estatal que a avaliação e seleção dos acervos dessas políticas públicas devem levar em conta.

3. Livros de literatura na biblioteca e na sala de aula: qual a diferença?

Tanto o PNBE, e mais recentemente o PNLD/PNAIC, têm cumprido o importante papel de fazer chegar às escolas públicas brasileiras livros de literatura para todos os segmentos da escolaridade. Em suas várias edições, o PNBE vem ampliando o seu alcance e apontando o quanto é diversificado o público leitor nas nossas escolas brasileiras. Essa condição variável e múltipla requer o olhar sensível e nuançado para as especificidades de cada fase de formação e também para as peculiaridades das mediações que envolvem cada segmento da escolaridade. Mediações que acontecem nos espaços e tempos dedicados à leitura na escola.

Nos três primeiros anos do Ensino Fundamental não poderia ser diferente. Nesta fase, a leitura literária conta, ainda, em grande parte com a mediação de professores e bibliotecários, em atividades de contação de histórias e de leitura de poemas, que possibilitem a ajuda na construção de sentidos por esse leitor em formação, ainda não completamente preparado para ler sozinho, principalmente no primeiro ano. Espera-se que, nesse segmento da escolaridade, as

crianças tenham contato permanente com esses bens culturais que são os livros de literatura, para que se familiarizem com eles de modo a interagir com a linguagem literária, nos textos e nas ilustrações, preparando-se para compreender também esses usos sociais da escrita. Trata-se, também, de propiciar às crianças o contato com textos cuja elaboração linguística é também estética e que, dessa forma, permitem a organização do pensamento de outros modos, diversos daqueles usados numa linguagem cotidiana e fática. Todo o trabalho com o livro de literatura, se feito de maneira adequada quando as crianças iniciam sua trajetória escolar, pode despertar o gosto pela leitura e o interesse por livros, e pode ainda contribuir consideravelmente para as etapas posteriores, quando o aluno irá desenvolver suas habilidades de leitura e escrita pelo fato de já ter participado de situações escolares de leitura. Mas para que isso ocorra essas experiências precisam ser bem-sucedidas, de modo a aguçar a vontade de ler mais e conhecer outros livros que compõem o grande acervo de obras da cultura escrita endereçado às crianças. Nas situações de leitura mediadas que ocorrem na educação infantil e nos primeiros anos do Ensino Fundamental, vale apostar numa relação mais cúmplice e apaixonada, em que o mediador também escute as manifestações – palavras ou gestos – das crianças, uma vez que a escuta compreensiva e nada passiva que os alunos realizam pode conduzir melhor a leitura e a mediação. Sendo assim, o que se espera dos usos e modos de ler desses livros de literatura na sala de aula, no contexto de alfabetização na “idade certa”?

3.1 Apontamentos, reflexões, problematizações

Conforme apontado acima, uma distinção básica entre os livros selecionados para as diversas edições do PNBE e os livros selecionados para o PNLD/PNAIC é que os livros deste último programa vão direto para as salas de aula e não para as bibliotecas escolares. O anexo II do Edital PNLD/PNAIC 2014 diz o seguinte:

CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

Os acervos serão compostos por obras de duas naturezas:

- a) obras com níveis de complexidade léxica e sintática adequados a crianças em fase inicial de alfabetização e letramento, atendendo a alunos do 1º ano em fase

inicial de aprendizagem do sistema alfabético de escrita e de letramento, e a alunos dos 2º e 3º anos, em fase de aquisição de autonomia de leitura e escrita;

b) obras que se destinam à leitura oral do professor, propiciando contato com textos literários mais longos e de maior complexidade, com os objetivos de introduzir as crianças na cultura literária da infância, e de desenvolver o interesse e gosto pela leitura de fruição (BRASIL, 2014).

Pela citação acima, percebe-se a intenção de se selecionarem obras mais adequadas aos três primeiros anos do Ensino Fundamental, tendo em vista a sua “complexidade lexical e sintática”, tanto para leitura autônoma do aluno quanto para as leituras mediadas em sala de aula.

Na sequência, o anexo II do Edital norteia a seleção das obras com relação à qualidade do texto, à adequação temática e ao projeto gráfico, itens também considerados nas demais avaliações e seleções dessas políticas públicas. Cumpre, então, perguntar: Que diferenças há entre as obras selecionadas entre esses dois tipos de programa? A observar a quantidade de títulos que foram inscritos e selecionados para os dois programas, simultaneamente, conforme Tab. 1, podemos fazer algumas considerações.

PNBE 2014 E PNLD/PNAIC-2014



TABELA 1 - Livros inscritos e selecionados no PNBE 2014 e no PNLD/PNAIC 2014

Fonte: Base de dados CEALE/UFMG

São bastante representativos esses números. Se 847 livros são inscritos nos dois programas e 93 desses títulos, já selecionados para o PNBE 2014, são inscritos no PNLD/PNAIC 2014, podemos aventar que não há exatamente uma especificidade nos livros que vão para as bibliotecas e para as salas de aula. Ora, realmente, obras literárias, para crianças, jovens ou adultos são produzidas para circular livremente e não com destinações específicas. Embora os vínculos entre literatura infantil e escola existam desde o surgimento da primeira, com seu endereçamento pedagógico, os livros estão nas livrarias, nas bibliotecas de todos os tipos, nas nossas estantes, sempre à espera de leitores e não sabemos exatamente quais serão esses leitores. Porém, partindo do pressuposto de que o acesso aos livros literários pelas bibliotecas escolares não enseja, necessariamente, a busca pelos livros, por parte de alunos e professores, é bastante razoável pensar numa política pública que permita a professores e alunos terem os livros à mão, em suas próprias salas de aula. Ademais, a política do PNAIC, conforme explicitado na seção 2 deste artigo, em um de seus eixos, estabelece a distribuição de materiais didáticos, **obras literárias**, obras de apoio pedagógico, jogos e tecnologias educacionais (grifos nossos).

As obras *A fome do lobo*, uma narrativa brasileira, o livro traduzido *Rinocerontes não comem panquecas* ou a obra em versos, embora de caráter narrativo, *Era uma vez três velhinhas* foram selecionados para ambos os programas. O mesmo ocorreu com o livro de imagens *Mar de sonhos*. Excetuando-se o último, que não tem palavras, os demais livros citados têm nível de complexidade léxica e sintática adequado às crianças em fase de alfabetização, mas isso não os torna específicos para esse público. Podem e devem ser fruídos por outros públicos.

Temos uma superposição de políticas públicas que deve, no mínimo, ser debatida tanto no meio acadêmico quanto escolar. Se somos favoráveis à política de constituição e ampliação de acervos de bibliotecas escolares e até mesmo da distribuição de acervos destinados especificamente para as salas de aula, também temos insistido na necessidade de formação continuada dos professores para que os livros do PNBE “saíam de suas caixas” e circulem na escola, entre alunos, professores, demais mediadores de leitura, como demonstram pesquisas desenvolvidas no âmbito de programas de pós-graduação em que atuamos (PAIVA, 2012).

Enfim, são muitos os cruzamentos, muitas as reflexões. O que importa, principalmente, nessa reflexão que desenvolvemos aqui, é que, depois de um lon-

go caminho percorrido pelo livro, desde a sua inscrição, pela sua editora, até a sua seleção para compor o acervo do Programa e posterior aquisição pelo FNDE para distribuição, ele, finalmente, chega à escola. Se há dados seguros dessa distribuição, o mesmo não podemos dizer da sua recepção, circulação e uso nas escolas públicas do País², menos ainda, no âmbito do PNAIC. Com menos segurança ainda podemos elencar ações que viabilizam a formação de professores e de profissionais que atuam nas bibliotecas escolares para o reconhecimento do potencial da literatura disponibilizada e suas possibilidades formativas e educativas no cotidiano escolar, em especial, na sala de aula.

Possíveis desdobramentos...

Seria impossível, no âmbito deste texto, apresentar e discutir todos os 210 títulos selecionados na edição do PNLD/PNAIC 2014, mas é possível indicar uma fonte onde se pode encontrá-los facilmente: no *site* do FNDE, <http://www.fnde.gov.br/programas/biblioteca-da-escola>, tem-se acesso a todos os títulos das obras selecionadas, em cada ano.

Essas são algumas questões que podem nortear a ação coletiva dos mediadores de leitura no espaço escolar. Observe-se que estamos tratando de espaço escolar, porque acreditamos que a voz do docente não pode ser isolada, todos são mediadores de leitura, os professores, os profissionais da biblioteca, os gestores, enfim, os diferentes mediadores de leitura do contexto escolar são aqueles que detêm o poder de fazer o livro circular. Se os mediadores se propõem a conhecer os acervos de livros de literatura, seja os do PNBE ou os do PNLD/PNAIC, suas características e potencialidades, e se o trabalho for coletivo, tanto será mais fácil valorizar positivamente a atividade da leitura junto aos leitores iniciantes. O

² À exceção do significativo trabalho “Avaliação diagnóstica do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), realizado pela SEB/MEC em parceria com uma equipe de pesquisadores ligados à Associação Latino-americana de Pesquisa e Ação Cultural (ALPAC), do Laboratório de Políticas Públicas (LPP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), que resultou na publicação: BRASIL. Ministério da Educação. *Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE): leitura e bibliotecas nas escolas públicas brasileiras*; elaboração Andréa Berenblum e Jane Paiva. Brasília: Ministério da Educação, 2008.

espaço escolar, então, passaria a ser concebido como privilegiado para as atividades de leitura. Enfim, se os próprios mediadores intensificarem suas práticas de leitura, o livro de literatura poderá ocupar o centro da escola.

Referências

- BRASIL. Ministério da Educação. *Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE)*: leitura e bibliotecas nas escolas públicas brasileiras; elaboração Andréa Berenblum e Jane Paiva. Brasília: Ministério da Educação, 2008.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa*. Brasília: Ministério da Educação, 2012.
- BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. PNLD/PANIC – 2014. Editais – livros didáticos. Disponível em <<http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-editais/item/4580-pnld-alfabetiza%C3%A7%C3%A3o-na-idade-certa-2014>>. Acesso em 15 maio 2015.
- COSSON, Rildo. Avaliação pedagógica de obras literárias. *Revista Educação*, Porto Alegre, PUC-RS, v. 35, n. 3, p. 308-318, set./dez. 2012.
- KEMP, Anna. *Rinocerontes não comem panquecas*. Ilustrações de Sara Ogilvie. Trad. Hugo Langone. São Paulo: Paz & Terra, 2011.
- NOLAN, Denis. *Mar de sonhos*. Rio de Janeiro: Singular, 2013.
- PAIVA, Aparecida (Org.). *Literatura fora da caixa: o PNBE na escola – distribuição, circulação e leitura*. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.
- RAMOS, Anna Claudia. *Era uma vez três velhinhas...* Ilustrações Alexandre Rampazo. São Paulo: Globo, 2012.
- VASCONCELLOS, Cláudia Maria. *A fome do lobo*. Ilustrações de Odilon Moraes. São Paulo: Iluminuras, 2012.